



Recuperação Judicial: Itinerários da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa Judicial Recovery: National Production Pathways and Research Agenda

Alessandra Martins de Freitas¹ – alessandramarfre@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1767-3252>

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha¹ – jvacbr@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2522-3035>

1 – UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A literatura sobre recuperação judicial no Brasil tem se expandido nos últimos anos, mas ainda carece de uma revisão sistemática que organize as evidências e identifique lacunas. Estudos prévios apontam que há pouca integração entre abordagens teóricas e metodológicas. Este estudo busca caracterizar o estado da arte da pesquisa sobre o instituto da recuperação judicial no Brasil, analisando a produção científica, metodologias e as principais contribuições. Para isso, foi conduzida uma revisão sistemática da literatura com base no método Methodi Ordinatio, selecionando 12 artigos. A pesquisa seguiu protocolos rigorosos de busca e filtragem em bases como Scopus, Web of Science e SPELL, ranqueando os artigos segundo critérios de fator de impacto, citações e ano de publicação. A análise foi estruturada em três eixos temáticos: (i) fatores econômicos e financeiros, (ii) estratégias organizacionais e práticas de solvência, e (iii) governança corporativa e gestão de crises. Os resultados indicaram que a RJ é influenciada por variáveis macroeconômicas, como taxa de juros e câmbio, além da estrutura de governança das empresas. Estratégias como renegociação de dívidas e reformulação de práticas de gestão foram identificadas como fator de sucesso da recuperação judicial. No entanto, lacunas persistem, como por exemplo à avaliação do impacto da lei 14.112/2020 e o uso de novas metodologias, como aprendizado de máquina, para previsão de insolvência. Este estudo contribui para a literatura ao consolidar o conhecimento existente e sugere uma agenda de pesquisa voltada à melhoria das práticas empresariais e das políticas públicas relacionadas à recuperação judicial no Brasil.

Palavras-chave: Recuperação Judicial. Revisão Sistemática de Literatura. Insolvência Empresarial. Governança Corporativa.

Abstract

The literature on judicial recovery in Brazil has expanded in recent years, yet it still lacks a systematic review that organizes the available evidence and identifies research gaps. Previous studies indicate a limited integration between theoretical and methodological approaches. This study aims to characterize the state of the art in research on the judicial recovery process in Brazil, analyzing scientific production, methodologies, and key contributions. To achieve this, a systematic literature review was conducted using the Methodi Ordinatio method, selecting 12 articles. The research followed rigorous search and filtering protocols in databases such as Scopus, Web of Science, and SPELL, ranking the articles based on impact factors, citations, and year of publication. The analysis was structured around three thematic axes: (i) Economic and financial factors; (ii) Organizational strategies and solvency practices; and (iii) Corporate governance and crisis management. The results indicate that JR is influenced by macroeconomic variables such as interest rates and exchange rates, as well as by corporate governance structures. Strategies such as debt renegotiation and the restructuring of management practices were identified as key success factors in the judicial reorganization process. However, gaps persist, such as the assessment of the impact of Law 14.112/2020 and the use of new methodologies, such as machine learning, to predict insolvency. This study contributes to the literature by consolidating existing knowledge and suggests a research agenda aimed at improving business practices and public policies related to judicial recovery in Brazil.

Keywords: Judicial Recovery. Systematic Literature Review. Corporate Insolvency. Corporate Governance.

Recebimento: 05/03/2025 | **Aprovação:** 02/06/2025

Editor responsável aprovação: Dra. Luciana Klein

Editor responsável edição: Dra. Luciana Klein

Avaliado pelo sistema: Double Blind Review

DOI: <http://doi.org/10.5380/rcc.17.98797>

1 Introdução

A dinâmica econômica brasileira tem imposto desafios crescentes às empresas de diferentes setores e portes. A volatilidade dos mercados, somada às crises econômicas globais e mudanças nas políticas governamentais, cria um ambiente de incertezas que compromete diretamente a sustentabilidade financeira das organizações (Silva & Saito, 2018). Nesse cenário, a Recuperação Judicial (RJ) emerge como uma alternativa estratégica à falência, proporcionando às empresas em dificuldades um fôlego para reorganizar suas finanças e operações, com vistas à preservação de empregos e à continuidade da atividade econômica (Brasil, 2005; 2020).

Instituída pela Lei nº 11.101/2005, a RJ envolve uma ampla rede de agentes, incluindo credores, administradores judiciais e o sistema judiciário, refletindo a complexidade dos processos de insolvência empresarial (Brasil, 2005). Em 2024, o Brasil registrou 2.273 pedidos de RJ, um recorde desde a promulgação do instituto, representando um crescimento de 61,78% em relação ao ano anterior, evidenciando sua crescente demanda (Serasa Experian, 2025).

O tema tem atraído o interesse acadêmico, levando a estudos que investigam os fatores determinantes para a adoção da RJ e os elementos que impactam o sucesso da reestruturação. Pesquisas como as de Higashi et al (2023), Silva e Saito (2018) e Soares et al. (2021) exploram aspectos como a influência dos credores na aprovação dos planos de recuperação e a relação entre variáveis macroeconômicas, incluindo custos de capital e a disponibilidade de crédito. Estudos como os de Santos e Sampaio (2024) e Silva; Sampaio et al. (2018) demonstram como fatores macroeconômicos, como volatilidade do mercado e restrições de crédito, impactam a eficácia dos planos de recuperação. A pesquisa de Soares et al. (2021) destaca a importância das interações entre credores, evidenciando como suas decisões influenciam a aprovação de reestruturações.

Entretanto, apesar dos avanços na produção acadêmica sobre RJ no Brasil, a diversidade de abordagens impõe a necessidade de uma análise sistemática que organize o conhecimento acumulado sobre o tema, especialmente neste contexto com múltiplos agentes envolvidos, marcado por peculiaridades legais e condições econômicas específicas.

Com base nesses fundamentos, este estudo propõe responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as características das investigações científicas sobre recuperação judicial no Brasil? O objetivo principal é caracterizar o estado da arte sobre o instituto da recuperação judicial no Brasil, incluindo a análise bibliométrica de bases teóricas predominantes, metodologias aplicadas e principais periódicos e centros de pesquisa envolvidos no tema.

Para esse propósito revisões sistemáticas da literatura têm sido amplamente utilizadas como ferramentas metodológicas. Protocolos como PRISMA, o CASP Systematic Review Checklist e a Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT) são frequentemente empregados para garantir rigor científico e replicabilidade (Galvão & Ricarte, 2019; Sampaio & Mancini, 2007). Especificamente, o Methodi Ordinatio, desenvolvido por Pagani et al. (2015) destaca-se por integrar critérios como ano de publicação, número de citações e fator de impacto, possibilitando a construção de um portfólio bibliográfico robusto. A aplicação dessa metodologia requer objetivos e perguntas de pesquisa claramente definidos, apoiados na estrutura PICO (Problema, Intervenção, Comparação; e Desfecho), amplamente reconhecida por sua eficácia em organizar investigações científicas (Galvão & Ricarte, 2019; Santos et al. (2007)).

Ao consolidar as evidências existentes, o trabalho busca identificar evidências, tendências e lacunas na literatura e propor direções para futuras pesquisas e aprimoramentos legislativos. Com isso, espera-se, contribuir para o fomento da pesquisa na área, a fim de contribuir para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e políticas públicas que fortaleçam o instituto da RJ como ferramenta útil à recuperação econômica no Brasil.

2 Revisão de Literatura

A Recuperação Judicial (RJ), prevista na Lei nº 11.101/2005, configura-se como um instrumento jurídico de reestruturação empresarial no Brasil, concebido para permitir que empresas em crise econômico-financeira reorganizem suas atividades, evitando a falência e preservando sua função social (Brasil, 2005; Scalzilli et al.; 2023). Inspirada no Chapter 11 do Bankruptcy Code norte-americano, a legislação brasileira buscou adaptar ao contexto nacional mecanismos como o financiamento durante o processo de recuperação (debtor-in-possession), ainda incipiente no ordenamento jurídico pátrio (Cavalli, 2016).

A promulgação da Lei nº 14.112/2020 reformou a legislação original com vistas a ampliar a efetividade dos procedimentos de recuperação e falência, modernizando dispositivos legais frente às transformações nos ambientes econômico e empresarial (Brasil, 2020). A RJ, consiste em um processo judicial supervisionado, no qual empresas renegociam suas dívidas com o intuito de manter suas operações, preservar empregos e satisfazer os interesses dos credores, na medida do possível. Esse procedimento abrange etapas, como a constatação da crise econômico-financeira, a elaboração e apresentação do plano de RJ e a deliberação deste em assembleia geral de credores (Silva et al., 2018a).

A compreensão da RJ no contexto brasileiro tem sido enriquecida por estudos empíricos que abordam desde fatores preditivos de insolvência (Silva; Garcia et al., 2018; Soares et al., 2021), até análises setoriais específicas, como os impactos no agronegócio e na indústria sucroenergética (Cardoso & Furlan, 2023; Santos & Sampaio, 2024). Além disso, aspectos relacionados à governança corporativa e à estrutura de capital também são explorados, destacando a relevância de práticas de gestão para o sucesso no processo de reestruturação (Peleias et al., 2016; Ortiz et al., 2021).

Diante da complexidade temática e da diversidade de abordagens presentes na literatura sobre RJ, torna-se necessário o emprego de uma estratégia metodológica que permita sistematizar o conhecimento acumulado, identificar lacunas e orientar futuras investigações. Nesse sentido, a revisão sistemática da literatura emerge como abordagem metodológica robusta, permitindo compilar, analisar e sintetizar os estudos existentes sobre o tema.

A revisão sistemática é reconhecida por seu rigor na coleta, avaliação e síntese de evidências científicas, seguindo protocolos explícitos, reproduutíveis e transparentes. Sua aplicação visa não apenas responder a questões de pesquisa específicas, mas também mapear o estado da arte e propor direções para novos estudos (Sampaio & Mancini, 2007; Galvão & Ricarte, 2019). A revisão sistemática, como metodologia de pesquisa, visa consolidar o conhecimento existente por meio de protocolos rigorosos, transparentes e replicáveis. Essa abordagem tem como objetivo identificar lacunas na literatura e oferecer uma síntese robusta das evidências disponíveis, especialmente em áreas com ampla produção científica e diversidade temática. Além disso, contribui para integrar informações e direcionar futuras investigações (Galvão & Ricarte, 2019; Sampaio & Mancini, 2007; Pagani et al., 2015). Este método combina critérios como fator de impacto da revista, números de citações e ano de publicação para hierarquizar os artigos segundo sua relevância científica. A escolha do Methodi Ordinatio se justifica pela necessidade de uma análise bibliográfica rigorosa e de alta qualidade, assegurando que os estudos selecionados sejam representativos em um campo de produção crescente e diversa.

No contexto da RJ, a utilização do Methodi Ordinatio (Pagani et al., 2015; 2023) contribui para a seleção e classificação dos estudos mais relevantes. Este método combina critérios como fator de impacto do periódico, número de citações e ano de publicação, ponderados pela equação InOrdinatio, oferecendo um índice que hierarquia os artigos com base em sua relevância científica. A adoção do Methodi Ordinatio 2.0, com ferramentas como Flnder e RankIn, conforme aprimorado por Pagani et al. (2023), confere precisão e eficiência ao processo, sendo especialmente útil em campos com ampla e crescente produção científica.

A aplicação do Methodi Ordinatio tem se consolidado em diferentes áreas do conhecimento, como demonstram estudos em inovação aberta (Regatieri et al., 2022), ciência aberta (Fanini et al., 2023), e modelos de negócios circulares (Baum & Souza, 2023), evidenciando sua versatilidade metodológica. Esses exemplos

reforçam a robustez e aplicabilidade do método também no campo jurídico-administrativo, como o da RJ, onde a sistematização e hierarquização da produção científica são necessários para o avanço teórico e prático. No capítulo seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, os critérios de seleção e exclusão dos estudos, bem como as etapas de construção e análise do portfólio bibliográfico resultante.

3 Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo de caracterizar o estado da arte das pesquisas sobre o instituto da Recuperação Judicial (RJ) no Brasil, adotou-se o Methodi Ordinatio (Pagani et al., 2015). Esse método organiza-se em nove etapas principais, delineadas para garantir precisão e sistematização na seleção e análise dos artigos científicos. Adaptações, como a ferramenta Flnder e RankIn, foi incorporada para otimizar o processo, reduzindo o tempo de execução pelos pesquisadores (Pagani et al., 2023). Cada etapa desempenha um papel relevante no refinamento do portfólio deste estudo. A Tabela 1 apresenta a síntese metodológica aplicada neste trabalho.

Tabela 1
Síntese Metodológica da Pesquisa – Methodi Ordinatio

Etapas	Procedimento
1	Estabelecimento da intenção de pesquisa.
2	Pesquisa preliminar nas bases de dados.
3	Definição das palavras-chave, bases de dados e delimitação temporal.
4	Pesquisa definitiva nas bases de dados
5	Procedimentos de filtragem
6	Identificação do fator de impacto, ano de publicação e número de citações
7	Aplicação do InOrdinatio
8	Localização dos textos em formato integral
9	Leitura sistemática e análise dos artigos

Nota: Elaborada pelas autoras com base em Pagani et al. (2015; 2023).

Conforme delineado pelo Methodi Ordinatio, o processo iniciou-se com o estabelecimento da intenção de pesquisa, essencial para nortear as etapas subsequentes. O foco foi investigar as características das pesquisas científicas sobre o instituto da Recuperação Judicial no Brasil, mapeando a literatura científica sobre o tema, principais periódicos, instituições e metodologia, bem como identificando suas contribuições teóricas e práticas.

Com base na estratégia PICO (Problema, Intervenção, Comparação e Desfecho), definiu-se a questão-problema do estudo. As etapas 2 e 3 incluíram uma pesquisa preliminar nas bases Google Scholar, Scopus, Web Of Science e SPELL. A escolha dessas bases considerou sua abrangência e relevância em diferentes contextos científicos. Google Scholar oferece ampla cobertura, Scopus e Web of Science destacam-se por sua visibilidade internacional, e SPELL por sua ênfase em periódicos brasileiros.

Essa fase exploratória permitiu obter uma visão geral da quantidade e das métricas dos estudos disponíveis, permitindo adaptações nas estratégias de busca. Com base nessas informações obtidas em 11 de novembro de 2024, foi possível seguir para a próxima etapa.

Para a pesquisa definitiva, os termos "recuperação judicial" e "judicial recovery", foram aplicados nos campos título, resumo e palavras-chave. Para maximizar a abrangência, não foram aplicadas restrições de idioma ou ano de publicação. A pesquisa resultou em um total de 78 estudos, distribuídos entre as bases da seguinte forma: 13 artigos na Web of Science, 29 na SPELL e 36 na Scopus. Com esse conjunto inicial, seguiu-se para o refinamento dos estudos, de acordo com os critérios predefinidos. A base Google Scholar, foi utilizada na fase exploratória, para consulta ao número de citações, por possuir uma abrangência ampla de acessos, mas não incorporou a pesquisa definitiva.

Para garantir transparência e reproduzibilidade, as strings de busca foram documentadas conforme protocolo PRISMA, seguindo as recomendações de Galvão e Ricarte (2019). Como exemplo, utilizou-se nas bases Scopus e Web of Science a strings de busca ("recuperação judicial" OR "judicial recovery") e na base SPELL a strings de busca ("recuperação judicial").

Nas etapas 4 e 5, realizaram-se procedimentos de filtragem, incluindo a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Critérios de exclusão foram aplicados para descartar artigos duplicados, estudos de caso, casos de ensino, pré-prints e trabalhos sem revisão por pares, limitando-se às publicações definitivas. Após essa triagem, 44 artigos foram selecionados. Na etapa 6, os artigos selecionados foram avaliados com base no fator de impacto, número de citações e ano de publicação, conforme coleta via Capes – JCR, Google Scholar, Scopus, Web of Science e SPELL. Na etapa 7, os artigos foram ranqueados utilizando a equação InOrdinatio, que pondera os três critérios principais. Foram selecionados apenas estudos com $InOrdinatio \geq 0$, garantindo a contemporaneidade e relevância científica. Como resultado, 12 artigos compuseram a amostra final (Tabela 2).

Tabela 2
Procedimentos de Filtragem

Base de Dados	Web of Science	Scopus	Spell	Amostra Final
Total de Artigos (Etapa 2 e 3)	13	36	29	78
(-) Excluído por Tipo de Documento	01	06	03	10
Amostra Parcial	12	30	26	68
(-) Duplicados	00	07	10	17
Amostra Parcial	12	23	16	51
(-) Protocolo de Exclusão	07	00	00	07
Amostra Parcial (Etapa 4 e 5)	05	23	16	44
(-) InOrdinatio Negativo	02	22	08	32
Amostra Parcial (Etapa 6 e 7)	03	01	08	12
(-) Não Localizados	00	00	00	00
Amostra Final	03	01	08	12

Nota: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2025).

Na etapa 8, os 12 textos selecionados foram lidos integralmente, para uma análise detalhada e crítica dos aspectos metodológicos, resultados e conclusões. Essa etapa permitiu avaliar o alinhamento dos estudos ao objetivo central da pesquisa. A etapa 9 envolveu nova leitura das pesquisas, explorando convergências, divergências e lacunas na literatura. Além disso, foi realizada análise bibliométrica para identificar as principais teorias, metodologias, periódicos e autores. A Tabela 3 apresenta o protocolo completo da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) aplicado neste estudo.

Tabela 3
Protocolo da Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

Etapas		Descrição
1	Estabelecimento da Intenção de Pesquisa	A pesquisa teve como objetivo central caracterizar o estado da arte sobre o instituto da recuperação judicial no Brasil .
2	Pesquisa Preliminar nas Bases de Dados	Foram realizadas buscas preliminares utilizando palavras-chave relacionadas ao tema ("recuperação judicial"; "judicial recovery"; "falência empresarial"; "insolvência") nas bases Google Scholar, Scopus, Web of Science e SPELL.
3	Definição das Palavras-Chave e Bases de Dados	Após as buscas preliminares, as palavras-chave para a busca definitiva foram "recuperação judicial" e "judicial recovery". Bases selecionadas: Scopus, Web of Science e SPELL.
4	Busca Definitiva nas Bases de Dados	A pesquisa resultou em 78 documentos, organizados no Zotero para facilitar a gestão e análise.
5	Procedimentos de Filtragem	Limitou-se a publicação definitiva, o que incluiu a eliminação de duplicatas, exclusão de livros e capítulos, e a análise dos títulos e resumos para alinhar os documentos ao tema.

6	Identificação do Fator de Impacto, Ano de Publicação e Número de Citações	O fator de impacto foi coletado via Capes - JCR , o número de citações via Google Scholar , e o ano de publicação nos sites dos periódicos. Os dados finais foram organizados em planilha eletrônica de dados, <i>Excel</i> .
7	Classificação dos artigos utilizando o <i>InOrdinatio</i>	A equação <i>InOrdinatio</i> foi aplicada para ranquear os artigos. Artigos com índice negativo foram excluídos. Foi ajustado o peso do ano de publicação na equação utilizando $\alpha = 1$.
8	Localização dos trabalhos em formato integral	Os 12 artigos classificados foram localizados e lidos integralmente.
9	Leitura sistemática e análise dos artigos	Análise bibliométrica: periodicidade, teorias, metodologias, instituições, autores principais. Análise sistemática: lacunas e contribuições ao tema.

Nota: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2025).

Para garantir um equilíbrio entre relevância e atualidade, foi ajustado o peso do tempo desde a publicação na equação do *InOrdinatio* utilizando $\alpha = 1$, conforme sugerido por Pagani et al. (2023). Esse ajuste reduz a influência da atualidade no ranqueamento, permitindo que artigos mais citados mantenham sua relevância, sem que os estudos mais recentes sejam completamente desconsiderados. Dessa forma, a métrica oferece uma visão mais neutra do estado da arte, equilibrando o impacto acadêmico e a contemporaneidade das pesquisas. Os resultados da análise das pesquisas selecionadas estão apresentados e discutidos no próximo capítulo, destacando tendências, lacunas e implicações práticas identificadas na literatura revisada.

4 Resultados e Discussões

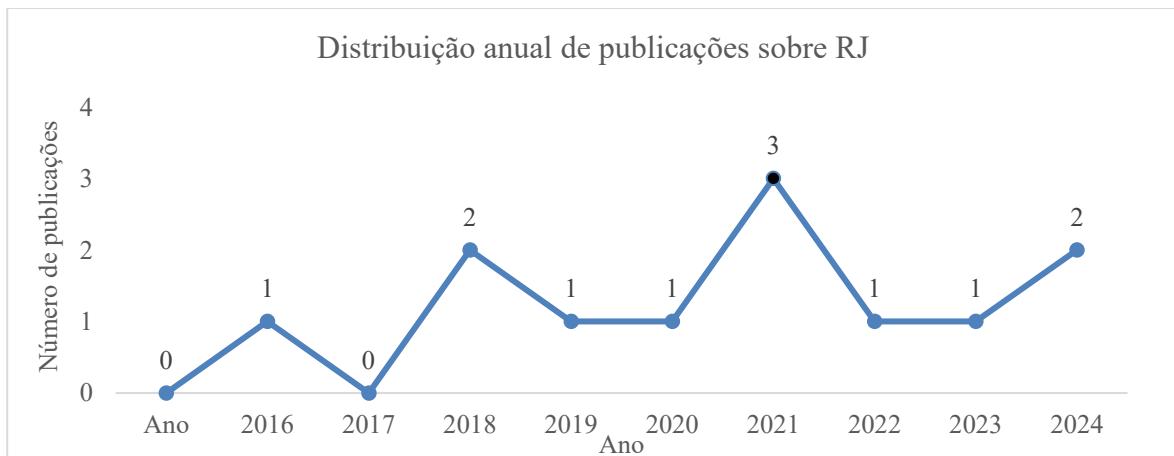
A análise bibliométrica busca identificar padrões na produção científica sobre Recuperação Judicial (RJ) no Brasil, enquanto a análise sistemática aprofunda os principais temas, metodologias e contribuições dos estudos selecionados. Por fim, propõe-se uma agenda de pesquisa, com base nas lacunas identificadas.

4.1 Análise Bibliométrica

O estudo utilizou a metodologia Methodi Ordinatio (Pagani et al., 2015; 2023) para selecionar 12 artigos, sistematizando a produção científica nacional sobre RJ.

Gráfico 1

Distribuição anual de Publicações sobre RJ



Nota: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2025).

A análise bibliométrica considerou aspectos como distribuição temporal e regional dos estudos, instituições de ensino e programas envolvidos no desenvolvimento das pesquisas. Os resultados indicaram que

a produção científica sobre RJ no Brasil tem se concentrado nos últimos nove anos, com um pico de publicações em 2021 (Gráfico 1), coincidindo com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, que revisou significativamente a Lei nº 11.101/2005, alterando os procedimentos de RJ e falência. Este crescimento está alinhado com tendências identificadas em estudos bibliométricos sobre contabilidade e administração, que apontam aumento na produção acadêmica em períodos de mudanças regulatórias (Farias et al., 2017).

A distribuição das publicações por bases de dados (Tabela 4) revelou que a maioria dos estudos (9) foram publicados na base SPELL, refletindo a predominância do termo “recuperação judicial” no contexto brasileiro. Bases internacionais, como Scopus e Web of Science, tiveram menor representatividade, sugerindo que a visibilidade internacional da produção brasileira ainda é limitada. Essa restrição pode estar associada à falta de tradução dos estudos e ao foco em temas específicos do mercado brasileiro (Ribeiro e Espejo, 2013).

Tabela 4
Quantidade de Estudos por Ano de Publicação e Base de Dados

Ano	Web of Science	Scopus	Spell	Duplicatas	Total
2016	-	-	1	-	1
2017	-	-	-	-	-
2018	-	-	2	-	2
2019	1	-	1	-1	1
2020	-	-	1	-	1
2021	1	1	2	-1	3
2022	-	-	1	-	1
2023	-	-	1	-	1
2024	1	1	-	-	2
Total	3	2	9	-2	12

Nota: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2025).

Os principais periódicos que acolheram as publicações incluíram a *Revista Brasileira de Finanças (RBF)* e a *Revista de Contabilidade & Controladoria (RCC)*, com dois artigos cada uma, refletindo uma tendência similar observada em outro estudo bibliométricos da área contábil e financeira (Soares et al., 2018). Outras publicações, como *GEO UERJ* e *RAUSP Management Journal*, ampliam o escopo temático ao abordar análises setoriais e questões interdisciplinares, como governança corporativa e crises econômicas específicas.

A produção sobre RJ está distribuída entre diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), destacando-se a Universidade de São Paulo (USP), com dois estudos focados em solvência e governança, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que investigou aspectos jurídicos e contábeis. Outras instituições, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade de Brasília (UnB), também contribuíram com análises quantitativas e setoriais, reforçando achados de estudo anterior que aponta a USP como um dos principais polos de produção acadêmica em contabilidade e gestão (Pontes et al., 2017). A maior concentração de estudos no Sudeste (41,67%) reflete desigualdades regionais, alinhadas à maior ocorrência de pedidos de RJ nessas áreas (65,12%), conforme apontado na Tabela 5. Segundo Pontes et al. (2017), a distribuição desigual de pesquisas pode ser explicada pelo maior número de empresas sediadas nessa região, bem como pela concentração de programas de pós-graduação e investimentos em pesquisa.

Tabela 5
Quantidade de processos de RJ por Região do Brasil entre 2020 e 2024

Período	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte	Total
2020 - 2024	6.352	1.310	1.054	769	270	9.755
%	65,12%	13,43%	10,80%	7,88%	2,77%	100,00%

Nota: Elaborada pelas autoras adaptado de Conselho Nacional de Justiça (2025).

Recuperação Judicial: Itinerários da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa

A interdisciplinaridade do tema é evidenciada pela diversidade de áreas acadêmicas envolvidas, incluindo economia, direito, administração, contabilidade e geografia (Tabela 6). Segundo Tavares et al. (2010), essa dispersão institucional reforça a necessidade de maior colaboração entre as áreas para entender de forma abrangente os desafios da RJ no Brasil.

Tabela 6
Quantidade de Publicações por Periódicos

Periódico	IES	Programa	UF	Região	ISSN	Quant. Artigos
<i>International Food And Agribusiness Management Review</i>	<i>International Food and Agribusiness Management Association</i>	-	Internacional	Internacional	1559-2448	1
GEO UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pós-Graduação em Geografia e do Instituto de Geografia	RJ	Sudeste	1981-9021	1
Revista Eletrônica de Direito Processual	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	-	RJ	Sudeste	1982-7636	1
<i>Advances In Scientific And Applied Accounting</i>	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis	Administrative Council for Economic Defense (CADE)	SP	Sudeste	1983-8611	1
Revista Brasileira de Finanças	Fundação Getúlio Vargas	-	SP	Sudeste	1984-5146	2
Revista de Contabilidade & Controladoria	Universidade Federal do Paraná	Programa de Pós-Graduação em Contabilidade	PR	Sul	1984-6266	2
Enfoque: Reflexão Contábil	Universidade Estadual de Maringá	Departamento de Ciências Contábeis	PR	Sul	1984-882X	1
Desenvolvimento em Questão	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	RS	Sul	2237-6453	1
Desafio Online	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Escola de Administração e Negócios	MS	Centro-Oeste	2317-949X	1
<i>Rausp Management Journal</i>	Universidade de São Paulo	Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	SP	Sudeste	2531-0488	1
Total						12

Nota: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2025).

Dessa forma, observa-se que a produção acadêmica sobre RJ nacional ainda enfrenta desafios quanto à sua visibilidade internacional, distribuição regional e integração interdisciplinar. A seção seguinte aprofunda a análise sistemática dos estudos, destacando suas principais abordagens teóricas e metodológicas.

4.2 Análise Sistemática

A análise sistemática conduzida neste estudo fundamenta-se na metodologia *Methodi Ordinatio* (Pagani et al., 2015; 2023), permitindo a seleção e classificação de 12 estudos que investigam a RJ no Brasil. Essa abordagem metodológica assegura a identificação dos estudos mais relevantes, equilibrando critérios de impacto acadêmico e atualidade. Os estudos analisados empregaram uma variedade de métodos, como análises estatísticas, modelos econôméticos, abordagens qualitativas e investigações setoriais. Essa diversidade reflete o esforço dos pesquisadores em capturar a complexidade da RJ no Brasil e adaptar os métodos à realidade nacional.

Dentre as abordagens quantitativas, destacam-se modelos preditivos, como o Z-Score de Altman e o modelo KS (Kang & Sivaramakrishnan, 1995). Esses modelos foram empregados por Baldissera et al. (2019) e Soares et al. (2021), que analisaram empresas listadas na B3 e o setor de aviação comercial, respectivamente. Ambos os estudos evidenciaram que, embora esses modelos sejam amplamente aceitos na literatura, sua aplicação deve considerar especificidades setoriais, pois limitações foram identificadas em cenários distintos.

No campo das abordagens qualitativas, questões normativas e jurídicas foram discutidas. Peleias et al. (2016) investigaram a participação de contadores nos processos de RJ, revelando que, embora sua atuação seja fundamental, há uma presença limitada desses profissionais na análise da viabilidade empresarial. Por outro lado, Tupinambá e Noronha (2024) analisaram a desconsideração da personalidade jurídica para responsabilização de sócios e administradores, evidenciando lacunas na legislação e sugerindo aprimoramentos regulatórios para mitigar abusos no uso da RJ como estratégia empresarial.

Ainda no contexto normativo, Borges e Rech (2021) examinaram a eficácia dos programas de parcelamento fiscal e seu impacto na solvência das empresas. Seus achados indicaram que, embora tais programas possam oferecer alívio financeiro a curto prazo, desafios na implementação e fiscalização podem comprometer sua efetividade a longo prazo, especialmente em setores de alta alavancagem financeira.

A influência de fatores macroeconômicos também foi objeto de análise nos estudos de Silva, Sampaio et al. (2018). Já Silva, Garcia et al. (2018) demonstraram que o custo de capital e a disponibilidade de crédito exercem impacto direto sobre o número de pedidos de RJ, sendo o aumento das taxas de juros um fator relevante para o crescimento dos processos de reestruturação. Esses resultados são complementados pela pesquisa de Grossert et al. (2022), que identificou, entre os principais mecanismos de reorganização utilizados pelas empresas, estratégias como a venda de ativos, a renegociação de dívidas e as operações de fusões e aquisições, frequentemente adotadas para evitar a liquidação judicial.

Setores específicos também foram contemplados na análise. Higashi et al. (2023) e Santos e Sampaio (2024) investigaram, respectivamente, as crises no setor sucroenergético e agrícola, evidenciando que as estratégias de RJ precisam ser adaptadas às particularidades de cada setor. No setor sucroenergético, fatores como oscilações no preço do açúcar e etanol foram determinantes para a falência de refinarias, enquanto, no agronegócio, a baixa transparência financeira e a dependência de crédito foram apontadas como fatores de risco para a sustentação das atividades.

Por fim, o estudo de Ortiz et al. (2021) trouxe uma perspectiva diferenciada ao analisar a propensão de grandes produtores rurais a recorrerem à RJ de forma prematura. A pesquisa revelou que alguns agricultores podem utilizar a RJ como estratégia para mitigar compromissos financeiros anteriores e garantir a continuidade das operações, levantando questões sobre a necessidade de uma regulamentação mais rigorosa para evitar distorções no mercado.

A Tabela 7 apresenta os principais objetivos e métodos aplicados nos estudos incluídos na análise sistemática.

Recuperação Judicial: Itinerários da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa

Tabela 7

Objetivos e Métodos Aplicados nos Estudos

Ord.	Título	Autores	Periódico	Objetivo	Método Principal
1	A Teoria da Sinalização e a Recuperação Judicial: Um estudo nas empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa	Silva et al. (2018a)	Desenvolvimento em Questão	Identificar os indicadores contábeis que sinalizaram o estado de RJ das organizações.	Análise estatística com modelo logit.
2	Pedidos de recuperação judicial no Brasil: Uma explicação com variáveis econômicas	Silva et al. (2018b)	Revista Brasileira de Finanças	Analizar o impacto de variáveis macroeconômicas nos pedidos de RJ no Brasil.	Modelagem econométrica com regressão múltipla.
3	Gerenciamento de resultados em empresas brasileiras nos anos antecedentes ao pedido de recuperação judicial ou falência	Füirst et al. (2020)	Desafio Online	Analizar alterações nas práticas de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras nos anos antecedentes ao seu pedido de RJ ou falência	Análise documental e modelo KS (Kang & Sivaramakrishnan, 1995).
4	Efetividade dos parcelamentos fiscais para a solvência corporativa no Brasil	Borges e Rech (2021)	Advances in Scientific and Applied Accounting	Verificar a efetividade dos parcelamentos fiscais para a solvência das companhias abertas brasileiras.	Regressão quantílica aplicada ao Z-Score de Altman.
5	Quais os principais mecanismos de reorganização adotados pelas empresas brasileiras em recuperação judicial?	Grossert et al. (2022)	Revista Brasileira de Finanças	Investigar quais foram os principais meios de reestruturação adotados pelas empresas em RJ e como tais decisões estão relacionadas com a dívida da empresa.	Análise descritiva e regressão logística.
6	Interfaces jurídico-contábeis em processos de recuperação judicial na comarca de São Paulo	Peleias et al. (2016)	Enfoque: Reflexão Contábil	Avaliar a atuação de contadores e o papel da contabilidade em processos de RJ na Comarca de São Paulo.	Análise qualitativa baseada em entrevistas e documentação.
7	Aplicação de modelos de previsão de insolvência nas empresas do setor aéreo brasileiro	Soares et al. (2021)	Revista de Contabilidade & Controladoria	Analizar os resultados de diferentes modelos de previsão de insolvência aplicados às principais empresas aéreas brasileiras.	Aplicação de modelos clássicos de previsão de insolvência (Altman, Kanitz etc.).
8	Factors influencing brazilian sugar and ethanol refineries' failure	Higashi et al. (2023)	RAUSP Management Jounal	Examinar as dimensões relatadas de falha organizacional em planos de RJ por usinas brasileiras de açúcar e etanol para determinar os fatores diretos e indiretos de influência.	Análise de conteúdo.
9	Estrutura de capital em empresas brasileiras listadas na B3 nos anos antecedentes ao pedido de falência ou recuperação judicial	Baldissera et al. (2019)	Revista de Contabilidade & Controladoria	Verificar o comportamento da estrutura de capital das empresas listadas na B3, nos cinco anos que antecedem o pedido de falência ou RJ.	Regressões com dados em painel.
10	Fatores determinantes da recente crise do setor sucroenergético no Brasil	Santos Sampaio (2024)	GEO UERJ	Discutir os principais fatores conjunturais e técnico-estruturais determinantes da crise que perdurou durante a década de 2010, bem como apresentar alguns números	Revisão Bibliográfica e entrevistas.

				que retratam a situação e suas consequências para a produção sucroenergética nacional.	
11	A responsabilidade trabalhista de sócios, administradores, controladores e acionistas com poder de influência em empresas falidas ou em recuperação judicial	Tupinambá e Noronha (2024)	Revista Eletrônica de Direito Processual	Analizar a desconsideração da personalidade jurídica no contexto de RJ e falência.	Estudo normativo e análise jurídica.
12	<i>Propensity for premature filing for judicial financial recovery in large-scale agriculture in Brazil</i>	Ortiz et al. (2021)	<i>International Food and Agribusiness Management Review</i>	Analizar a propensão de grandes agricultores a entrar com pedidos prematuros de RJ.	Análise estatística baseada em modelo logit.

Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

Os estudos analisados adotaram uma ampla variedade de métodos, refletindo a complexidade do fenômeno da RJ no Brasil. Métodos quantitativos, como modelos estatísticos e econométricos, foram empregados para prever insolvências (Silva, Sampaio et al., 2018; Soares et al., 2021) e avaliar a eficácia de políticas públicas, como parcelamentos fiscais (Borges & Rech, 2021). Por outro lado, abordagens qualitativas, incluindo análises documentais, entrevistas e estudos normativos, foram utilizadas para examinar aspectos jurídicos e contábeis da RJ, como o papel dos contadores no processo (Peleias et al., 2016) e a desconsideração da personalidade jurídica (Tupinambá & Noronha, 2024). Além disso, investigações setoriais evidenciaram fatores específicos que afetam diferentes indústrias, como o setor sucroenergético e o agronegócio (Higashi et al., 2023; Santos & Sampaio, 2024). Essa diversidade permitiu uma análise multifacetada do tema, destacando tanto os desafios macroeconômicos quanto os aspectos regulatórios e estratégicos envolvidos nos processos de RJ.

A Tabela 8 apresenta a relação entre as questões de pesquisa abordadas e os principais achados de cada artigo incluído na revisão, permitindo uma compreensão mais aprofundada das contribuições individuais de cada estudo.

Tabela 8

Questão de Pesquisa e Principais Resultados

Ord.	Autor(es)	Questão de Pesquisa	Principais Resultados
1	Silva, Sampaio et al. (2018)	Quais indicadores contábeis sinalizam o estado de recuperação judicial das organizações?	Dos 11 indicadores selecionados com base na literatura, apenas 4 são considerados significativos para sinalizar as empresas que entram em RJ. São eles: Liquidez Corrente, Produtividade dos Ativos e Retorno sobre o Ativo significativo ao nível de 1% e Indicador de Lucro Retido significativo a 5%.
2	Silva, Garcia et al. (2018)	Como as variáveis econômicas influenciam os pedidos de recuperação judicial no Brasil?	O custo de capital elevado e a dificuldade em conseguir empréstimos são as principais justificativas para os pedidos de RJ no Brasil. Relação negativa entre o crédito total disponível na economia e o número de pedidos de RJ, e uma relação positiva entre a taxa de juros Selic, a taxa de juros de capital de giro, o câmbio (e EMBI) e o número de pedidos de RJ.
3	Fiirst et al. (2020)	Qual o comportamento de empresas brasileiras em relação ao gerenciamento de resultados nos anos antecedentes ao seu pedido de recuperação judicial ou falência?	Empresas insolventes tendem a aumentar seus resultados contábeis até três anos antes do pedido de RJ ou falência. Dois anos antes do evento, começam a surgir acumulações discricionárias negativas, que se intensificam no último ano antes do pedido.
4	Borges e Rech (2021)	Qual a efetividade dos parcelamentos fiscais para a solvência das	os parcelamentos fiscais não foram conclusivos em melhorar a solvência das empresas de forma geral, com

		empresas brasileiras abertas que aderiram aos programas especiais de regularização tributária?	os testes de médias não mostrando efetividade clara. O modelo regressivo revelou melhorias nos Z-scores de insolvência para empresas que aderiram ao PERT, variando conforme o setor, mas o tamanho das empresas não teve efeito significativo. Empresas em RJ apresentaram menores níveis de solvência, sem associação significativa entre RJ e adesão ao PERT.
5	Grossert et al. (2022)	Quais são os principais mecanismos de reorganização adotados pelas empresas brasileiras em recuperação judicial?	A venda de ativos (72% dos planos analisados), a novação de dívidas (56%) e a cisão (48%).
6	Peleias et al. (2016)	Qual é o papel da contabilidade e como é a atuação dos contadores em processos de recuperação judicial nas empresas brasileiras?	Os contadores são parte integrante do processo de RJ, fornecendo documentação financeira e atuando como testemunhas especializadas, no entanto seu envolvimento geralmente não é tão robusto quanto poderia ser, levando a possíveis lacunas na avaliação da viabilidade de uma empresa durante a recuperação.
7	Soares et al. (2021)	Como os modelos de previsão de insolvência apresentam a situação econômico-financeira das principais companhias aéreas brasileiras?	Os modelos apresentam uma performance predominantemente desfavorável das principais companhias aéreas brasileiras (Avianca Brasil, Azul, Gol e Latam), com destaque para a Avianca Brasil, que apresentou a pior performance.
8	Higashi et al. (2023)	Em que medida os processos de recuperação judicial permitem compreender as dimensões da falha organizacional do setor sucroalcooleiro no Brasil?	Ao fornecer uma visão detalhada dos fatores que contribuem para essas falhas, que incluem questões econômicas, como a queda dos preços do açúcar e o excesso de oferta, bem como variáveis específicas do setor e da empresa. Fatores macro (queda de preços, crise financeira), meso (aumento de custos operacionais) e micro (decisões gerenciais).
9	Baldissera et al. (2019)	Qual o comportamento da estrutura de capital nas empresas brasileiras abertas no período que antecede o pedido de falência ou recuperação judicial?	No período que antecede ao pedido de falência ou RJ, a estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3 é explicada pela teoria do pecking order. As empresas insolventes e solventes não diferem significativamente em sua estrutura de capital, sugerindo que ambas seguem uma hierarquia de capitais. As empresas em dificuldades financeiras não possuem ativos suficientes para cobrir suas obrigações e, portanto, recorrem ao capital de terceiros, já que a captação de recursos próprios não está disponível.
10	Santos e Sampaio (2024)	Quais são os fatores determinantes que contribuíram para a crise do setor sucroenergético no Brasil?	Restrição ao crédito internacional, variações nas taxas de câmbio e a queda nos preços das commodities, juntamente com dificuldades no mercado interno brasileiro e desafios da reestruturação produtiva da agroindústria sucroenergética.
11	Tupinambá e Noronha (2024)	Como a desconsideração da personalidade jurídica afeta a responsabilidade trabalhista nas empresas em recuperação judicial?	A legislação e a jurisprudência, especialmente após a Lei n. 14.112/2020, têm buscado pacificar conflitos de competência entre a Justiça Comum e a Justiça do Trabalho, estabelecendo o juízo universal como responsável pela satisfação de quaisquer créditos, inclusive trabalhistas, em casos de RJ e falência.
12	Ortiz et al. (2021)	Em que medida e por que os grandes agricultores brasileiros tendem a entrar com pedidos prematuros de recuperação judicial?	A liquidez foi o único indicador financeiro com relação persistente à propensão para RJ. Alguns agricultores podem estar utilizando a RJ de maneira estratégica para liberar ativos e fluxo de caixa. Há indícios de que os agricultores tendem a cronometrar seus pedidos de RJ para coincidir com a comercialização de suas principais safras.

Nota: Elaborada pelos autores com base nos achados da pesquisa (2025).

Os resultados indicaram três principais eixos temáticos na literatura sobre RJ no Brasil: i) Fatores Econômicos e Financeiros – incluindo estudos sobre insolvência, impacto de políticas públicas e estrutura de capital; ii) Estratégias Organizacionais e Práticas de Solvência – abordando mecanismos de reestruturação, gerenciamento de resultados e previsões de insolvência; e iii) Governança Corporativa e Gestão de Crises – explorando a influência da governança e das decisões estratégicas na recuperação das empresas.

Dessa forma, a análise sistemática revelou tendências e lacunas na literatura sobre RJ no Brasil, fornecendo base para a próxima etapa da pesquisa, que discute os resultados obtidos e suas implicações para teoria e prática.

4.3 Discussão dos Resultados

A categorização dos estudos em três eixos temáticos permitiu uma análise aprofundada das abordagens adotadas na literatura sobre RJ no Brasil. A revisão indicou uma predominância de estudos quantitativos focados em modelos preditivos de insolvência e na efetividade de mecanismos financeiros e jurídicos, enquanto abordagens qualitativas se destacaram na investigação dos impactos da governança corporativa e das estratégias empresariais na reestruturação das empresas.

No primeiro eixo - fatores econômicos e financeiros - os estudos evidenciaram que a RJ está fortemente condicionada por variáveis macroeconômicas e financeiras, como taxas de juros, volatilidade cambial, crédito disponível e políticas fiscais (Borges & Rech, 2021; Silva, Sampaio et al., 2018). Empresas que enfrentam períodos de recessão econômica ou restrição de crédito têm menores chances de sucesso na recuperação. Além disso, os impactos setoriais são expressivos. No setor sucroenergético, por exemplo, a volatilidade dos preços das commodities e a influência das políticas governamentais afetam diretamente a capacidade das empresas de se recuperarem (Higashi et al., 2023).

Já no setor aéreo, fatores como o custo do combustível e a demanda por viagens exercem papel determinante na viabilidade da RJ (Soares et al., 2021). O papel das políticas públicas também foi destacado na revisão. Programas de parcelamento fiscal e incentivos financeiros podem facilitar a recuperação das empresas, mas sua eficácia depende da implementação prática e da fiscalização (Borges & Rech, 2021; Santos & Sampaio, 2024). Em contrapartida, a ausência de políticas regulatórias eficazes pode dificultar a renegociação das dívidas e comprometer a solvência de empresas em crise. Estudos como os de Silva, Sampaio et al. (2018; 2018) e Ortiz et al. (2021) demonstraram que fatores como taxa de juros, câmbio e risco-país exercem influência direta sobre os pedidos de RJ.

No segundo eixo - Estratégias Organizacionais e Práticas de Solvência - a pesquisa evidenciou como práticas internas das empresas impactam sua capacidade de recuperação. A literatura revisada aponta que estruturas de capital inadequadas, decisões gerenciais equivocadas e falta de adaptação às mudanças de mercado são fatores que frequentemente conduzem empresas à insolvência (Baldissera et al., 2019; Fiirst et al., 2020). A gestão interna das empresas e a estrutura de capital desempenham um papel importante na recuperação. A fase pré-RJ é um momento crítico. Empresas que adotam práticas agressivas de gerenciamento de resultados antes de solicitar a RJ tendem a apresentar indicadores financeiros distorcidos, o que pode comprometer a confiança dos credores e inviabilizar a reestruturação (Fiirst et al., 2020).

Entre as principais estratégias organizacionais identificadas na revisão para melhorar a efetividade da RJ, destacaram-se: i) a renegociação de dívidas com credores financeiros e operacionais, aumentando a viabilidade do plano de recuperação (Grossert et al., 2022); ii) a venda de ativos estratégicos para redução do passivo, permitindo uma reestruturação financeira mais sustentável (Silva, Garcia et al., 2018); e iii) a reformulação da governança interna, incluindo mudanças na estrutura administrativa para aumentar a transparência e credibilidade perante investidores e credores (Baldissera et al., 2019; Grossert et al., 2022). Apesar dessas estratégias, os estudos analisados ressaltaram que a falta de previsibilidade e transparência nos planos de recuperação pode gerar resistência por parte dos credores, reduzindo as chances de aprovação e execução da RJ.

O terceiro eixo - Governança Corporativa e Gestão de Crises - mostrou que a qualidade da governança corporativa desempenha um papel central na RJ. Empresas que adotam boas práticas de governança, como conselhos administrativos independentes, transparência financeira e prestação de contas rigorosa, apresentam maior probabilidade de sucesso na recuperação (Peleias et al., 2016; Tupinambá & Noronha, 2024). No entanto, fraudes e abusos administrativos são um dos principais fatores que levam ao insucesso da RJ. Casos de desconsideração da personalidade jurídica para responsabilização de sócios e administradores por condutas abusivas têm sido discutidos na literatura jurídica e contábil, sugerindo a necessidade de maior rigor regulatório e fiscalização nesses processos (Tupinambá & Noronha, 2024). Além disso, a capacidade de negociação com credores e investidores é um fator determinante na RJ. Empresas que mantêm uma comunicação transparente e estruturada tendem a obter melhores condições de renegociação de dívidas e maior apoio dos credores (Peleias et al., 2016).

Os achados reforçam a necessidade de integração entre modelos econômicos, jurídicos e organizacionais para aprimorar os processos de RJ no Brasil. A pluralidade de objetivos evidencia o esforço acadêmico em abordar os desafios intrínsecos enfrentados pelas empresas em crise, bem como o impacto das políticas públicas e do arcabouço normativo no processo de recuperação. As descobertas desta revisão sistemática indicaram que o sucesso no processo de RJ depende de uma combinação de fatores econômicos, práticas de governança, gerenciamento de resultados e políticas governamentais.

Contudo, de acordo com os autores, ainda há lacunas (Tabela 10) que necessitam de maior investigação e integração entre diferentes áreas de estudo para aprimorar o conhecimento e melhorar as práticas de RJ.

Tabela 10
Recomendações pesquisas futuras de acordo com os estudos analisados

Tema Proposto	Descrição da Proposta	Estudo(s)
Exploração de Modelos Alternativos de Previsão de Insolvência	Avaliar a eficácia de novos modelos de previsão de insolvência, com foco na aplicação de técnicas avançadas, como aprendizado de máquina e inteligência artificial.	Silva et al. (2018a)
Impacto das Políticas Governamentais	Analizar os efeitos de políticas públicas, como parcelamentos fiscais e incentivos econômicos, no desempenho das empresas em RJ em diferentes setores.	Borges e Rech (2021); Santos e Sampaio (2024); Silva et al. (2018b)
Análise Setorial Detalhada	Investigar especificidades e melhores práticas para a RJ em setores como agronegócio, startups, indústria e serviços, considerando as particularidades de cada segmento.	Grossert et al. (2022); Ortiz et al. (2021)
Governança Corporativa e RJ	Estudar como práticas de governança corporativa, cultura organizacional e características específicas de empresas familiares e de capital fechado influenciam a RJ.	Peleias et al. (2016); Tupinambá e Noronha (2024)
Comportamento de Gerenciamento de Resultados	Realizar estudos longitudinais sobre como práticas de gerenciamento de resultados evoluem e influenciam a percepção dos stakeholders e o sucesso da RJ.	Fiirst et al. (2020); Soares et al. (2021)
Dimensões do Fracasso Organizacional	Investigar as causas do fracasso organizacional com uma abordagem que integre fatores macroeconômicos, mesoeconômicos e microeconômicos.	Baldissera et al. (2019); Higashi et al. (2023)

Nota: Elaborada pelas autoras baseados nos dados da pesquisa (2025).

A seção seguinte busca delinear novas direções para futuras investigações no campo da RJ, com o objetivo de aprimorar tanto as práticas empresariais quanto os arcabouços normativos e políticos.

4.4 Proposta de Agenda de Pesquisa

A RJ tem se consolidado como um instrumento alternativo para a reestruturação financeira de empresas em dificuldades no Brasil. Com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, diversas alterações foram

introduzidas na Lei nº 11.101/2005, impactando diretamente a contabilidade, a governança e a gestão empresarial. Embora essas mudanças visem aprimorar a efetividade dos processos de RJ e falência, ainda persistem lacunas significativas na literatura acadêmica quanto à aplicação prática e aos efeitos dessa legislação, especialmente no âmbito contábil e de governança corporativa.

Para aprofundar o entendimento sobre os impactos das alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 e contribuir para a prática empresarial e formulação de políticas públicas, sugere-se a seguinte agenda de pesquisa, com foco nas áreas de contabilidade e governança corporativa:

Tabela 11

Proposta de Agenda de Pesquisas

Novidades da Lei 11.101/2005	Tema de Pesquisa
Art. 20-A, 20-B: Mediação e Conciliação	Avaliação da eficácia dos métodos de mediação e conciliação na resolução de conflitos entre credores e devedores durante a RJ.
Art. 20-A, 20-B: Pré-Recuperação Judicial	Análise dos impactos financeiros e contábeis da adoção da Pré-RJ como estratégia preventiva de insolvência.
Art. 161: Recuperação Extrajudicial	Estudo sobre a transparéncia e qualidade das informações contábeis em processos de recuperação extrajudicial.
Recomendação de Órgãos Técnicos: Monitoramento Contábil	Investigação sobre como o monitoramento contábil contínuo influencia a sustentabilidade financeira de empresas em RJ.
Art. 53: Plano de Recuperação	Análise da estruturação dos planos de recuperação sob a ótica contábil e seu impacto na viabilidade econômica das empresas.
Art. 56: Alteração nos Planos de RJ	Estudo sobre a relevância das informações contábeis na modificação e aprovação de planos de recuperação judicial.
Art. 82-A: Responsabilidade dos Gestores	Pesquisa sobre a relação entre práticas de governança corporativa e o sucesso na recuperação de empresas.
Recomendação de Órgãos Técnicos: Governança Contábil	Avaliação de como a governança contábil pode atrair investidores e influenciar positivamente o processo de RJ.
Art. 69-A a 69-F: Financiamento na RJ (DIP Financing)	Investigação sobre o papel da contabilidade na facilitação e gestão do DIP Financing durante a RJ.
Art. 60- A: Propriedade Intelectual	Estudo sobre a valoração contábil de ativos intangíveis e seu impacto na reestruturação financeira em processos de RJ.
Art. 82-A: Desconsideração da Personalidade Jurídica	Análise dos critérios contábeis utilizados na desconsideração da personalidade jurídica em contextos de RJ.
Recomendação de Órgãos Técnicos: Custos da RJ	Pesquisa sobre a gestão contábil dos custos associados ao processo de RJ e seu impacto na sobrevivência empresarial.
Art. 35 a 46: Participação dos Credores	Investigação sobre como a classificação de credores afeta a estrutura contábil e financeira das empresas em RJ.
Art. 83: Classificação de Créditos	A Influência da Classificação de Créditos na Estrutura Contábil da Empresa em RJ
Art. 47: Impacto Social da RJ	Análise dos efeitos sociais e econômicos das recuperações judiciais nas comunidades locais e no mercado de trabalho.
Art. 70: RJ de Micro e Pequenas Empresas	Estudo sobre os desafios contábeis específicos enfrentados por micro e pequenas empresas durante a recuperação judicial.
Art. 167: Recuperação Judicial Transnacional	Pesquisa sobre as implicações contábeis e de governança em processos de RJ que envolvam jurisdições internacionais.
Art. 68-A a 68-D: Impactos Tributários na RJ	Análise dos efeitos das alterações tributárias introduzidas pela Lei nº 14.112/2020 na continuidade operacional das empresas em RJ.
Recomendação de Órgãos Técnicos: Solução de Litígios	Estudo sobre a eficácia dos mecanismos de solução de litígios introduzidos pela nova legislação e seu impacto na celeridade dos processos de RJ.

Nota: Elaboradora pelas autoras (2025).

Para abordar os temas acima, recomenda-se a utilização de metodologias mistas, combinando análises quantitativas e qualitativas. Abordagens empíricas podem incluir modelagem econométrica para avaliar o impacto das mudanças legislativas nos indicadores financeiros das empresas. Estudos de caso aprofundados também são oportunos para compreender as nuances dos processos de RJ em diferentes setores econômicos. Além disso, entrevistas com gestores, credores e outros stakeholders podem fornecer insights valiosos sobre as práticas de governança e contabilidade adotadas durante a recuperação.

A implementação dessa agenda de pesquisa pode preencher lacunas existentes na literatura e fornecer subsídios para aprimorar as práticas empresariais e as políticas públicas relacionadas à RJ no Brasil. Compreender os impactos das recentes alterações legislativas é o ponto de partida para promover a eficiência dos processos de RJ e possibilitar a continuidade, bem como sustentabilidade das empresas em dificuldades financeiras.

5 Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo caracterizar o estado da arte das pesquisas sobre o instituto da Recuperação Judicial (RJ) no Brasil, identificando padrões, lacunas e tendências da literatura nacional sobre o tema. Para isso, foi conduzida uma revisão sistemática da literatura utilizando a metodologia *Methodi Ordinatio* (Pagani et al., 2015; 2023), permitindo a seleção e análise de 12 artigos. Os estudos foram organizados em três grandes eixos temáticos: Fatores Econômicos e Financeiros; Estratégias Organizacionais e Práticas de Solvência; e, Governança Corporativa e Gestão de Crises.

A análise evidenciou que a RJ é influenciada por um conjunto de variáveis macroeconômicas, financeiras, organizacionais e institucionais, que impactam diretamente sua viabilidade e desfecho. Embora o arcabouço normativo tenha evoluído nos últimos anos, com a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, os desafios para a efetividade do processo ainda persistem. O sucesso da recuperação não depende apenas das disposições legais, mas também da capacidade gerencial e financeira das empresas, da interação com credores e reguladores, e da adoção de boas práticas de governança corporativa.

Os achados desta pesquisa possuem implicações relevantes para diferentes agentes envolvidos na RJ: i) Empresas e Gestores: a necessidade de planejamento financeiro sólido, gestão estratégica eficaz e governança robusta para evitar a insolvência e aumentar as chances de recuperação; ii) Credores e Investidores: a importância da avaliação criteriosa da transparência e solidez da governança corporativa das empresas em RJ para melhorar as condições de renegociação de dívidas; iii) Formuladores de Políticas: a urgência de aprimorar a legislação e fortalecer a fiscalização para reduzir fraudes e melhorar a efetividade do processo de RJ; iv) Pesquisadores e Acadêmicos: a demanda por mais estudos interdisciplinares que combinem abordagens econômicas, contábeis e jurídicas para ampliar a compreensão dos desafios e impactos da RJ no Brasil.

Apesar da relevância dos achados, este estudo apresenta algumas limitações. A revisão foi conduzida nas bases Scopus, Web of Science e SPELL, excluindo dissertações, teses e relatórios institucionais, o que pode ter restringido a amostra. Além disso, a pesquisa focou na literatura nacional, sem comparações diretas com experiências internacionais. O uso do *Methodi Ordinatio*, que prioriza estudos com alto fator de impacto e número de citações, pode ter levado à exclusão de pesquisas emergentes sobre o tema. Por fim, a busca e filtragem não foram revisadas por um segundo pesquisador, conforme recomendado por Galvão e Ricarte (2019).

Diante das lacunas identificadas, e conforme delineado na proposta de agenda de pesquisas (Tabela 11), algumas direções para investigações futuras incluem: i) Comparação da RJ no Brasil com a de outros países, para identificar boas práticas regulatórias e setoriais que possam ser implementadas no contexto brasileiro; ii) Análises sobre o impacto da Lei nº 14.112/2020, com foco na constatação prévia da crise e no financiamento da RJ (*DIP Financing*); iii) Estudos setoriais detalhados, explorando as particularidades da RJ em setores como agronegócio, tecnologia, indústria serviços; iv) Aplicação de técnicas avançadas de previsão de insolvência, incluindo aprendizado de máquina e inteligência artificial, para aumentar a precisão na identificação de empresas com alto risco de falência.

A presente revisão sistemática sintetizou a produção científica nacional sobre RJ, consolidando achados relevantes para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Embora a literatura tenha avançado nos últimos anos, persistem desafios e lacunas que precisam ser abordados para tornar o processo de RJ mais eficiente e acessível. Os resultados reforçam que o sucesso da RJ depende de uma interação complexa entre fatores econômicos, boas práticas de governança corporativa e estratégias

organizacionais eficazes. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua para o aprimoramento das estratégias empresariais e das políticas públicas voltadas à RJ, promovendo um ambiente mais favorável para a reestruturação financeira das empresas no Brasil.

Referências

- Baldissera, J. F., Fiirst, C., Rovaris, N. R., & Dall'Asta, D. (2019). Estrutura De Capital Em Empresas Brasileiras Listadas Na B3 Nos Anos Antecedentes Ao Pedido De Falência Ou Recuperação Judicial. *Revista De Contabilidade & Controladoria*, 11(2).
- Baum, M. A., & de Souza, C. A. (2023). Modelos de negócios de economia circular: uma revisão sistemática da literatura utilizando o Methodi Ordinatio. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 6(13), 104-120.
- Borges, J. S., & Rech, S. (2021). Efetividade dos Parcelamentos Fiscais para a Solvência Corporativa no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 72-89.
- Brasil. (2005). Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005: Regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm.
- Brasil. (2020). Lei n.º 14.112, de 24 de dezembro de 2020: Atualiza a Lei n.º 11.101, de 2005. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///_Ato2019-2022/2020/Lei/L14112.htm.
- Cardoso, M.A.N. & Furlan, F.P. (2023). A aplicação da lei de recuperação judicial (Lei 11.101/2005) no agronegócio brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9 (8), 2113-2126.
- Cavalli, C. (2016). Como financiar empresas. *Revista Conjuntura Econômica*, 70(2), 64-65.
- Conselho Nacional de Justiça. (2025). Justiça em números – Painel estatísticas. <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>.
- Fanini, K. S. F., das Neves, M. G., Suero, R., & Brusamolin, V. (2023). Storytelling and leadership: A bilionetric analysis from the Methodi Ordinatio. [Storytelling e liderança uma análise bibliométrica a partir do Methodi Ordinatio]. *RINTERPAP - Revista Interdisciplinar De Pesquisas Aplicadas*, 1(2), 36–53. <https://doi.org/10.47682/26756552.v1i2.53>
- Farias, I. F., Silva, J. W. L., Cabral, A. C. A., Santos, S. M., & Pessoa, M. N. M. (2017). Contabilidade aplicada ao setor público: O estado da arte da produção de dissertações e teses brasileiras. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 9(3), 89-105.
- Fiirst, C., Rovaris, N. R., & Dall'Asta, D. (2020). Gerenciamento de resultados em empresas brasileiras: Um estudo antecedente à recuperação judicial. *Desafio Online*, 8(1), 1-26.
- Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2019). Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, 6(1), 57-73.
- Grossert, R. R., Brunassi, V. A., Neto, H. G., & Sampaio, J. (2022). Quais Os Principais Mecanismos De Reorganização Adotados Pelas Empresas Brasileiras Em Recuperação Judicial? *Brazilian Review Of Finance*, 20(4), 113-136.
- Higashi, S. Y., Morales de Queiroz Caleman, S., Manning, L., Kluwe de Aguiar, L., & Monteiro, G. F. A. (2023). Factors influencing Brazilian sugar and ethanol refineries' failure. [Fatores que influenciam a falência das refinarias brasileiras de açúcar e etanol]. *RAUSP Management Journal*, 58(1), 55-68.
- Ortiz, A. C., Monaco, H., Machado, V., & Boehlje, M. (2021). Propensity for Premature Filing for Judicial Financial Recovery in Large-Scale Agriculture in Brazil. *International Food and*.
- Pagani, R. N., Kovaleski, J. L., & de Resende, L. M. M. (2015). Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citations, and year of publication. [Propensão ao Ajuizamento Prematuro de Recuperação Financeira Judicial na Agricultura de Grande Porte no Brasil]. *Scientometrics*, 105(3), 2109-2135.
- Pagani, R. N., Pedroso, B., dos Santos, C. B., Picinin, C. T., & Kovaleski, J. L. (2023). Methodi Ordinatio 2.0: revisited under statistical estimation, and presenting Flnder and Rankln. [Methodi Ordinatio 2.0: revisitado sob estimativa estatística e apresentando Flnder e Rankln]. *Quality & Quantity*, 57(5), 4563-4602.
- Peleias, I. R., Silva, M. P., & Castilho, D. (2016). Governança corporativa e a recuperação judicial no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 18(60), 45-62.
- Pontes, E. S., Silva, R. B., Cabral, A. C. D. A., Santos, S. M. D., & Pessoa, M. N. M. (2017). Produção acadêmica nacional em contabilidade: Análise das teses e dissertações produzidas entre 2007 e 2016. REAd. *Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 23(3), 239-258.

- Regatieri, H. R., Ando Junior, O. H., & Salgado, J. R. C. (2022). Systematic review of lithium-ion battery recycling literature using ProKnow-C and methodi ordinatio. [Revisão sistemática da literatura sobre reciclagem de baterias de íons de lítio usando ProKnow-C e metodologia de ordenação]. *Energies*, 15(4), 1485.
- Ribeiro, R. R. M., & Espejo, M. M. D. S. B. (2013). Evolução das pesquisas em contabilidade gerencial: uma análise das opções temáticas em teses e dissertações no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(1), 49-63.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11, 83-89.
- Santos, H. F., & Sampaio, M. A. P. (2024). Fatores determinantes da recente crise do setor sucroenergético no Brasil. *Geo UERJ*, 44, e72588.
- Serasa Experian. (2025). Indicadores econômicos. <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>.
- Santos, C. M. D. C., Pimenta, C. A. D. M., & Nobre, M. R. C. (2007). A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista latino-americana de enfermagem*, 15, 508-511.
- Scalzilli, J. P., Spinelli, L. F., & Tellechea, R. (2023). Pandemia, Crise Econômica e Lei de Insolvência. 2a ed: 2a Edição-Reimpressão da Edição de 2020. Almedina Brasil.
- Silva, P. Z. P., Garcia, I. A. S., Lucena, W. G. L., & Paulo, E. (2018). A Teoria da Sinalização e a Recuperação Judicial: Um Estudo nas Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBovespa. Desenvolvimento em Questão, 16(42), 553-584. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.553-584>.
- Silva, V. A. B., Sampaio, J. O., & Gallucci Netto, H. (2018). Pedidos de Recuperação Judicial no Brasil: Uma Explicação com Variáveis Econômicas. *Revista Brasileira de Finanças (Online)*, 16(3), 429-454. <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0>.
- Silva, V. A., & Saito, R. (2018). Creditor voting on bankruptcy reorganization plans: A study of Brazilian firms. [Votação de credores em planos de recuperação judicial: um estudo de empresas brasileiras]. *RAUSP Management Journal*, 53, 49-62.
- Soares, M. E., Silva, J. P., Oliveira, L. T., & Costa, R. A. (2021). Aplicação de modelos de previsão de insolvência nas empresas do setor aéreo brasileiro. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 32(1), 45-62.
- Soares, S. V., Picolli, I. R. A., & Casagrande, J. L. (2018). Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(2), 308-339.
- Tavares, F. O., Beuren, I. M., & Santos, V. dos. (2010). Produção científica sobre contabilidade internacional: Um estudo epistemológico das pesquisas no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 3(2), 217-238.
- Tupinambá, C., & Noronha, J. O. de. (2024). A responsabilidade trabalhista de sócios, administradores, controladores e acionistas com poder de influência nas empresas falidas ou em recuperação judicial. *Revista de Direito Trabalhista*, 22(1), 45-68.

DADOS DOS AUTORES

Alessandra Martins de Freitas

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Email: alessandramarf@gmail.com
ORCID: 0009-0003-1767-3252

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Email: jvacbr@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0003-2522-3035

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Alessandra Martins de Freitas	Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	✓	
2. Definição do problema de pesquisa	✓	
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	✓	
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	✓	
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	✓	
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	✓	
7. Processo de coleta de dados	✓	
8. Análises estatísticas	✓	
9. Análises e interpretações dos dados coletados	✓	
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	✓	
11. Revisão crítica do manuscrito	✓	✓
12. Redação do manuscrito	✓	✓